



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA



LUNA RHARA BORBA MARTINS LOPES DE ALENCAR

**A EDUCAÇÃO FEMININA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: Um olhar
bibliográfico**

TERESINA

2025

LUNA RHARA BORBA MARTINS LOPES DE ALENCAR

**A EDUCAÇÃO FEMININA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: Um olhar
bibliográfico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de História da Universidade Estadual
do Piauí Campus Clóvis Moura como requisito
parcial para obtenção do Título de Licenciatura
Plena em História sob orientação da Profa. Dra.
Márcia Castelo Branco Santana

**TERESINA
2025**

LUNA RHARA BORBA MARTINS LOPES DE ALENCAR

**A EDUCAÇÃO FEMININA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: Um olhar
bibliográfico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de História da Universidade Estadual
do Piauí como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciatura Plena em História
Campus Clóvis Moura sob orientação da Profa.
Dra. Márcia Castelo Branco Santana.

Profa. Dra. Márcia Castelo Branco Santana – UESPI (Orientadora)

Profa. Dra. Rosângela Assunção – UESPI (Membro)

Profa. Msa. Hanna Morgana de Deus Alves – SEDUC/Barras (Membro)

Teresina, ____ de _____ de 2025.

RESUMO

Este artigo investiga as significativas transformações na participação feminina na educação básica e superior, impulsionadas por mudanças sociais, econômicas e culturais. A introdução destaca o papel crucial dessas mudanças na ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres, destacando que ao longo das últimas décadas, a educação feminina tem sido moldada por movimentos feministas, alterações nas estruturas familiares e transformações sociais mais. A justificativa do estudo ressalta a relevância social do tema, enfatizando que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de indivíduos e sociedades. Além disso, destaca a contribuição do estudo para o avanço do conhecimento acadêmico sobre as relações entre gênero e educação, com implicações práticas para políticas públicas e práticas educacionais. A metodologia baseia-se em uma análise bibliográfica de livros e artigos que abordam uma discussão sobre gênero e educação. A pesquisa bibliográfica é conduzida através de documentos, artigos científicos e livros publicados entre 2002 e 2023. O problema da pesquisa é delineado através de três indagações: 1) O papel dos movimentos feministas e do estudo de gênero na expansão das oportunidades educacionais das mulheres; 2) O impacto das mudanças nas estruturas familiares na participação feminina na educação básica e superior; 3) Os efeitos das transformações sociais na educação feminina, especialmente na feminização do magistério e na presença de mulheres no ensino superior. Os objetivos da pesquisa são claros: analisar o impacto da participação feminina nos níveis de educação básica e superior, percebendo como os movimentos feministas contribuíram para a expansão das oportunidades educacionais e analisar o impacto das mudanças nas estruturas familiares na participação feminina na educação. A pesquisa, reforça a importância dos avanços alcançados na participação feminina na educação e no mercado de trabalho. E reitera a necessidade contínua de combater as desigualdades persistentes e de promover políticas públicas e práticas educacionais que garantam a equidade de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e que valorize plenamente o potencial de todas as mulheres.

Palavras-Chaves: Educação feminina; Transformações sociais; Gênero

ABSTRACT

This article investigates the significant transformations in female participation in basic and higher education, driven by social, economic, and cultural changes. The introduction highlights the crucial role of these changes in expanding educational opportunities for women, emphasizing that over the past decades, female education has been shaped by feminist movements, alterations in family structures, and broader social transformations. The study's justification underscores the social relevance of the topic, emphasizing that education plays a fundamental role in the development of individuals and societies. Furthermore, it highlights the study's contribution to the advancement of academic knowledge on the relationships between gender and education, with practical implications for public policies and educational practices.

The methodology is based on a bibliographical analysis of books and articles that address a discussion on gender and education. The bibliographical research is conducted through documents, scientific articles, and books published between 2002 and 2023. The research problem is outlined through three inquiries: 1. The role of feminist movements and gender studies in the expansion of women's educational opportunities; 2. The impact of changes in family structures on female participation in basic and higher education; 3. The effects of social transformations on female education, especially the feminization of teaching and the presence of women in higher education. The research objectives are clear: to analyze the impact of female participation in basic and higher education levels, understanding how feminist movements contributed to the expansion of educational opportunities, and to analyze the impact of changes in family structures on female participation in education. The research reinforces the importance of the advancements achieved in female participation in education and the labor market. And it reiterates the continuous need to combat persistent inequalities and to promote public policies and educational practices that guarantee gender equity, contributing to the construction of a more just, inclusive society that fully values the potential of all women.

Keywords: Women's education; Social transformations; Gender

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O ESTUDO DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE	11
1.1 O Papel dos Movimentos Feministas na Educação	11
1.2 A Promoção de Modelos de Ensino Inclusivos	16
1.3 O estudo de gênero e a educação das mulheres	18
2. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A MULHER NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	21
2.1 A Educação Feminina no Brasil	28
2.2 Trajetórias analisadas	30
2.3 Desafios e perspectivas	34
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

Eu mudei bastante de tema, com a pandemia acabou dificultando esse processo do tema inicial, porem continuou na mesma vertente. A escolha foi por algo pessoal, eu lembro que desde de criança eu escuto a minha avó Raimunda de Sousa Martins contar as suas histórias, e uma das mais marcantes que ela sempre contava, era que o seu grande sonho era estudar, mas era proibida e quando tentava estudar escondida a mesma apanhava, pois, seus pais falavam que ela estava querendo estudar para escrever carta para namorado. Com o passar do tempo depois de casar e ter os seus 10 filhos, fazia um esforço para mandar aos poucos os filhos mais velhos para a capital (Teresina) morar como agregados em casas de parentes para assim ter oportunidade de estudar e nisso ela conseguiu sair da cidade de Aroazes - Pi com a família para que todos pudessem ter condição de ter um estudo melhor. Hoje em dia todos os filhos são formados em algo, e ela fala que essa foi uma de suas maiores alegrias e realizações conseguir proporcionar mesmo com dificuldades os estudos de todos os filhos e de ver seus netos se formando. Ela só conseguiu se alfabetizar com idade avançada, mas com seus quase 90 anos ainda tenta estar ativa e aprender mais, pede auxílio para passar tarefas para ela poder treinar a escrita e às vezes textos para digitar no computador.

Este trabalho, intitulado "A Educação Feminina nas Transformações Sociais: Um olhar bibliográfico", propõe-se a investigar as multifacetadas transformações na participação feminina nos níveis de educação básica e superior, compreendendo-as como um reflexo direto das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que se desenrolaram ao longo das últimas décadas. A educação, reconhecida como pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, assume aqui um papel central na análise das conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres na busca por oportunidades educacionais ampliadas.

A presente pesquisa, de natureza descritiva e bibliográfica, estrutura-se em capítulos que desvendam as complexas intersecções entre gênero e educação.

A participação feminina nos níveis de educação básica e superior tem passado por transformações significativas ao longo das últimas décadas na medida que as mudanças sociais, econômicas e culturais desempenham um papel fundamental na ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres (LINO; MAYORGA, 2016).

Nesse contexto, a presente pesquisa busca explorar o impacto dessas transformações sociais com a participação das mulheres na educação, examinando os movimentos feministas, as mudanças nas estruturas familiares e as transformações sociais como fatores motivadores da presença feminina nos espaços educacionais seja como alunas, seja como profissionais. Além disso, o trabalho se propõe a analisar como essas mudanças afetaram a presença feminina no magistério e no ensino superior.

Ao longo de séculos, a história das mulheres permaneceu invisível e silenciada, só começando a emergir no campo de pesquisa de historiadores após a metade do século XX. Desde então, temos visto um aumento substancial no número de publicações sobre o tema, finalmente revelando o que por tanto tempo esteve oculto. Fica evidente que as transformações econômicas e as crescentes demandas por mão de obra, tanto a nível global quanto nacional, estavam abrindo portas para a educação das mulheres com perspectivas renovadas o que nos leva a refletir como essa conjuntura possibilita a inserção das mulheres no meio educacional.

Inicialmente, a educação feminina era direcionada principalmente para prepará-las para o casamento e tarefas domésticas, mas gradualmente passou a incluir uma preparação para a entrada no mercado de trabalho (SILVA et al., 2022). Assim, o estudo em pauta tem como problema de pesquisa as seguintes indagações: I - como os movimentos feministas e o estudo de gênero na história da sociedade contribuíram para a expansão das oportunidades educacionais das mulheres? II - De que forma as mudanças nas estruturas familiares impactaram a participação feminina na educação básica e superior? III - Quais são os efeitos das transformações sociais na educação feminina, especialmente no que diz respeito à feminização do magistério e à presença de mulheres no ensino superior?

O tema escolhido é justificado por ser socialmente relevante, uma vez que a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento de indivíduos e sociedades. Além disso, contribui para o avanço do conhecimento acadêmico sobre as relações entre gênero e educação, oferecendo percepções que podem ser aplicados em políticas públicas e práticas educacionais.

De modo a alcançar respostas à questão levantada a pesquisa tem como objetivo geral, analisar o impacto das transformações sociais na participação feminina nos níveis de educação básica e superior. Já que a educação é reconhecida como pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, assume aqui um papel

central na análise das conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres na busca por oportunidades educacionais ampliadas.

Nesse sentido, constituímos como objetivos do trabalho: Investigar como os movimentos feministas e o estudo de gênero na história da sociedade contribuíram para a expansão das oportunidades educacionais das mulheres; e analisar de que forma as transformações na participação feminina nos níveis de educação básica e superior, compreendendo-as como um reflexo direto das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que se desenrolaram ao longo das últimas décadas.

A pesquisa é de natureza descritiva e bibliográfica, de modo a desenvolver e alcançar seus objetivos, assim sendo, as pesquisas descritivas são estabelecidas comumente através de registros escritos (SOUSA; CABRAL, 2015). Para a realização do processo descritivo utilizou-se um esboço bibliográfico de cunho qualitativo.

Neste aspecto, a pesquisa bibliográfica é realizada através artigos científicos e livros publicados (GIL, 2018). O autor conceitua que os estudos qualitativos, se faz em uma realidade em que, os objetivos não podem ser mensuráveis numericamente (GIL, 2018). Foi estabelecido como critério para pesquisar, o site (Google) acadêmico, leva-se em consideração em grande parte os artigos e livros publicados entre os anos 2015 a 2023. E para o objeto de estudo histórico das trajetórias femininas analisadas no período de 1930 a 1970, permitindo uma análise aprofundada das condições históricas que possibilitaram a entrada das mulheres na universidade e as mudanças em seus comportamentos e papéis sociais, foram as obras "MÚLTIPLAS E SINGULARES: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM TERESINA (1930-1970)" de Cardoso (2002), e, "DISCURSOS, DESEJOS E TRAMAS: O comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX", de Santana (2008).

No que diz respeito às partes do trabalho, ele está organizado em duas sessões conforme seus objetivos.

No Capítulo 1, "Os Movimentos Feministas e o Estudo de Gênero na História da Sociedade", a investigação se aprofunda no papel catalisador dos movimentos feministas e da emergência dos estudos de gênero na expansão das oportunidades educacionais para as mulheres. Este capítulo explora como o ativismo feminista influenciou diretamente as políticas educacionais, defendeu o direito à educação de qualidade em todos os níveis e promoveu a criação de modelos de ensino mais

inclusivos. Aborda-se, ainda, a forma como o estudo de gênero contribuiu para a conscientização sobre a discriminação e a desconstrução de estereótipos.

Posteriormente, o Capítulo 2, "As Transformações Sociais e a Mulher no Contexto da Educação", volta-se para o impacto das grandes transformações sociais, como as mudanças nas estruturas familiares, a urbanização e a industrialização, na educação feminina. Este capítulo detalha a evolução da educação feminina no Brasil, com um olhar particular para as trajetórias analisadas em Teresina entre as décadas de 1930 e 1970, utilizando-se de estudos de caso para ilustrar como as mulheres negociaram expectativas tradicionais e novas oportunidades. Além disso, discute-se a feminização do magistério, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e os desafios e perspectivas contemporâneos relacionados às disparidades salariais, à sub-representação em cargos de liderança e à persistência de estereótipos de gênero.

Por fim, as Considerações Finais sintetizam os achados da pesquisa, reforçando a importância dos avanços alcançados na participação feminina na educação e no mercado de trabalho. Este segmento reitera a necessidade contínua de combater as desigualdades persistentes e de promover políticas públicas e práticas educacionais que garantam a equidade de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e que valorize plenamente o potencial de todas as mulheres.

1. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O ESTUDO DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE

1.1 O Papel dos Movimentos Feministas na Educação

A partir do final do século XIX, as mulheres começaram a ser gradualmente aceitas em maior escala nas instituições de ensino superior. O significado desse contexto foi a presença expressiva de mulheres nessas instituições que ocorreu há aproximadamente um século e o que pode, por outro lado, explicar, em parte, a baixa representação feminina na história da ciência anterior a esse período (SILVA, 2023).

Mesmo assim, o ingresso de mulheres nessas instituições era significativamente inferior à quantidade de mulheres que optavam por se dedicar à vida doméstica. Além disso, aquelas que estavam nas universidades enfrentavam desafios ao tentar integrar-se aos núcleos de pesquisa (LINO; MAYORGA, 2016).

A constituição do campo da ciência se deu, predominantemente, por um domínio masculino, excluindo a participação das mulheres e mantendo-as por um longo período confinadas aos papéis tradicionalmente associados à esfera doméstica e privada da vida, com papéis sociais rigidamente definidos, que as impedia de se aproximar do espaço público, incluindo o ambiente científico (HADDAD; RIBEIRO; TASSINGNY, 2020).

Nos séculos XV e XVI, as mulheres eram em grande parte limitadas aos papéis de mães e esposas, sem muita margem para envolvimento em atividades científicas. O século XVII testemunhou um avanço significativo feminina na área da ciência, no entanto, as descobertas feitas por mulheres foram apropriadas por homens, resultando na marginalização das mulheres para o papel de simples assistentes (SCHUCK, 2019).

No cenário brasileiro, as primeiras instituições de ensino foram estabelecidas na segunda metade do século XVI, sob a supervisão dos jesuítas, focadas principalmente na formação cultural de homens brancos. As mulheres estavam excluídas do sistema educacional que se consolidou nos primeiros anos da colonização, com algumas delas participando esporadicamente da catequese (CONCEIÇÃO, 2017).

Ao longo do século seguinte, o acesso à educação para as mulheres era restrito ou praticamente inexistente, com poucos casos de educação em ambiente

doméstico e algumas iniciativas de instrução religiosa em conventos. A partir de 1879 as mulheres no Brasil obtiveram acesso ao ensino superior, graças à Reforma Leôncio de Carvalho (COSTA, 2026).

A reforma assegurou a liberdade e o direito de as mulheres frequentarem faculdades e obterem títulos acadêmicos, ao longo desse século. Tão logo, houve um aumento progressivo no número de alunas nas instituições de ensino público, com uma proporção de uma menina para cada três meninos ao final do referido período (LIMA, 2022).

O surgimento de turmas mistas de alunos e a inserção de mulheres como professoras nas escolas no final do Império foram fatores determinantes para a regulamentação da carreira do magistério, transformando-a em uma profissão predominantemente feminina (LINO; MAYORGA, 2016).

Podemos também apontar que os movimentos feministas desempenharam um papel fundamental na ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres. Eles lutaram por mudanças nas políticas educacionais, defendendo o direito das mulheres à educação de qualidade em todos os níveis (FREEMAN, 2019).

Isso incluiu o acesso a instituições de ensino superior, a eliminação de barreiras que impediam a matrícula e a promoção de ambientes educacionais seguros e inclusivos, explorar como o ativismo feminista influenciou diretamente as políticas e práticas educacionais é crucial para entender as conquistas realizadas.

Os movimentos feministas contribuíram para a expansão das oportunidades educacionais das mulheres de várias maneiras, portanto, os movimentos feministas ajudaram a mudar as atitudes sociais em relação à educação das mulheres. Eles ajudaram a convencer a sociedade de que as mulheres têm o direito de aprender e que a educação é importante para o seu desenvolvimento pessoal e profissional (CABREJO; RODRÍGUEZ, 2021).

Assim sendo, os movimentos feministas lutaram pela aprovação de leis que garantissem o direito das mulheres à educação, fortalecendo a garantia das mulheres terem acesso às mesmas oportunidades educacionais que os homens. Somando-se a essas questões os movimentos feministas criaram programas educacionais específicos para mulheres que ajudaram a preparar as mulheres para a vida acadêmica e profissional (TAVAREZ; SOUZA, 2022).

Em suma, os movimentos contribuíram para a expansão das oportunidades educacionais das mulheres de várias maneiras: I - mudanças nas atitudes sociais; II -

luta pela aprovação de leis que garantissem o direito das mulheres; III - programas educacionais específicos para mulheres; IV - conscientização sobre a discriminação de gênero no sistema educacional.

Do lado oposto a esse contexto, os movimentos feministas, foram protagonistas na luta pela igualdade de gênero, desempenhando um papel vital na promoção do acesso das mulheres à educação, ao longo do século XX. O feminismo proporcionou o desencadeamento de muitas reflexões e ações que possibilitaram uma série de reformas educacionais que abriram as portas da educação formal para as mulheres (BARROS; MOURÃO, 2018).

No Brasil, o voto feminino foi conquistado somente a partir de 1932, impulsionado pelo movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. Lutz, que recebeu educação na Europa e teve contato com a campanha sufragista inglesa, desempenhou um papel de destaque devido a três fatores essenciais (SOUTO; MOREIRA, 2021).

Sua posição financeira privilegiada como membro de uma família de elite, seu nível cultural e suas realizações profissionais lhe deu uma base para essa trajetória em um momento que muito dessas questões eram negadas as mulheres de outras classes sociais. Ela também foi a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Estudos ventilam que esse momento, liderada por Bertha Lutz, foi considerado um movimento de natureza conservadora (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2020).

Esse movimento de natureza conservadora, defendia a igualdade de direitos entre homens e mulheres dentro da estrutura social existente. O evento não buscava mudanças radicais, mas sim a melhoria das condições de vida das mulheres dentro da sociedade patriarcal.

Algumas das principais características do movimento conservador feminino liderado por Bertha Lutz: I - Foco na educação e na profissionalização das mulheres: A FBPF acreditava que a educação era a chave para a emancipação feminina; II - Defesa do voto feminino: O movimento lutou pelo direito ao voto feminino, que foi conquistado em 1932 (ALENCAR, 2022).

A contextualização histórica das mulheres, ganhou força a partir da década de 1970 com a explosão do feminismo que começou a abrir caminho para surgimento de uma narrativa que era esquecida e deixada de lado. O movimento desempenhou

um papel fundamental na reabilitação de uma história que havia sido amplamente negligenciada e relegada ao esquecimento (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015).

Na segunda metade da década de 1970, os movimentos feministas no Brasil passaram por uma reorganização, sendo fortemente influenciados pelas experiências dos feminismos internacionais. Nesse período, surgiram grupos de reflexão e autoconsciência, principalmente na região Rio-São Paulo, compostos majoritariamente por mulheres de estratos sociais médios (VIEIRA, 2020).

Muitas dessas mulheres haviam retornado dos Estados Unidos e da Europa, onde tiveram contato com as ideias feministas e alguns integrantes desses grupos alcançaram posteriormente projeção nacional. Contudo, a hegemonia dessas mulheres no movimento resultou em exclusões e na supressão da diversidade dos feminismos no Brasil (HADDAD; RIBEIRO; TASSINGNY, 2020).

A influência política do Movimento Feminista nas décadas de 1960 e 1970 ocorre simultaneamente à entrada de feministas nos domínios científicos, resultando em um aumento significativo de estudos que associam as mulheres aos processos de produção científica na sociedade e na integração do enfoque de "gênero" na ciência contemporânea (LINO; MAYORGA, 2016).

Assim, a construção da biografia das mulheres enfrentou desafios significativos, incluindo a escassez de fontes devido à falta de registros deixados por mulheres, que muitas vezes estavam subjugadas pelo patriarcado. Neste sentido, as mulheres eram frequentemente marginalizadas na sociedade, juntamente com grupos como escravos, índios, judeus e homossexuais (PEDRO; WOLFF; SILVA, 2022).

A história da educação das mulheres é uma narrativa de luta e resistência, pois no passado as mulheres eram frequentemente impedidas de receber uma educação formal na medida que eram consideradas inferiores aos homens e não tinham o direito de aprender (VIEIRA, 2020)

Esses movimentos pressionaram por mudanças nas leis e políticas educacionais que antes discriminavam as mulheres, garantindo o direito a uma educação de qualidade. Além disso, o estudo de gênero na história da sociedade contribuiu significativamente para uma compreensão mais profunda das desigualdades educacionais de gênero (HADDAD; RIBEIRO; TASSINGNY, 2020).

A história tradicionalmente negligenciou ou subestimou as contribuições das mulheres para a educação e a sociedade em geral, essa visão unilateral foi desafiada

por movimentos feministas e estudos de gênero, que têm sido fundamentais na história da sociedade brasileira.

Os movimentos feministas no Brasil podem ser organizados em três ondas: I - Primeira Onda (século XIX e início do XX): Foco no direito ao voto, educação e trabalho. Bertha Lutz e Leolinda Daltro se destacaram nessa luta (HIRATA, 2016). Helena Hirata analisa em seu livro a relação entre gênero, trabalho e poder, ela aborda a história do feminismo e a luta das mulheres por seus direitos no trabalho.

II - Segunda Onda (décadas de 1960 e 1970): Enfatiza a libertação sexual, direitos reprodutivos e combate à violência contra a mulher. Heleieth Saffioti e Maria da Conceição Tavares ganharam destaque (ALVES, 2019). Neste artigo, Branca Moreira Alves analisa a história do feminismo no Brasil, desde a Primeira Onda até os movimentos contemporâneos, ela destaca a importância da segunda onda na conquista de direitos básicos para as mulheres, como o direito ao voto, à educação e ao trabalho.

III - Terceira Onda (década de 1990 até hoje): Abrange a diversidade de mulheres e suas lutas, incluindo questões de raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero. Movimentos como "Marcha das Vadias" e "Ni Una Menos" ganharam força. (ALVES, 2020).

Jaqueline Conceição Alves (2020), analisa a relação entre a Terceira Onda do Feminismo e a luta por direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. A autora argumenta que a terceira onda, caracterizada por sua diversidade e pluralidade, trouxe novas perspectivas para a luta pelos direitos das mulheres, incluindo a defesa da autonomia corporal e da liberdade sexual.

Neste sentido, os estudos de gênero no Brasil, liderados por pioneiras como Jacqueline Conceição Alvez e Branca Moreira Alves abordam temas como: relações de gênero na família, trabalho, política, cultura e educação. Desconstrução de estereótipos de gênero, visibilização das desigualdades entre homens e mulheres, produção de conhecimento sobre as mulheres, tanto que esses movimentos e estudos têm sido cruciais para: Lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Combater a discriminação e a violência de gênero. Promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, a revisão crítica da história e os movimentos feministas no Brasil têm sido fundamentais para reconhecer as contribuições das mulheres e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

1.2 A Promoção de Modelos de Ensino Inclusivos

Os movimentos feministas e o estudo de gênero também promoveram a adoção de modelos de ensino mais inclusivos e sensíveis às questões de gênero. Isso envolveu a revisão e atualização dos currículos, a promoção de representação equitativa de gênero em materiais didáticos e a implementação de práticas pedagógicas que desafiam estereótipos de gênero (TAVAREZ; SOUZA, 2022).

Portanto, investigar como essas iniciativas foram desenvolvidas e implementadas nas instituições educacionais é importante para avaliar o impacto das abordagens inclusivas na promoção da igualdade de gênero na educação. Para fins de esclarecimento, o estudo de gênero é um campo acadêmico que investiga as relações de poder entre homens e mulheres e o estudo de gênero tem contribuído para a expansão das oportunidades educacionais das mulheres de várias maneiras (LINO; MAYORGA, 2016).

Neste sentido, as pesquisas ajudam a aumentar a conscientização sobre a discriminação de gênero no sistema educacional, contribui em desenvolver novos currículos e metodologias de ensino que são mais inclusivos das experiências das mulheres ao tempo que prepara as mulheres para a liderança com o fornecimento de ferramentas e conhecimentos para serem bem-sucedidas em suas carreiras e na sociedade.

Um dos principais indicadores contemporâneos referentes ao ensino superior é o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, gerenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que oferece dados sobre a participação das mulheres na atividade científica no país (LINO; MAYORGA, 2016).

Segundo Silva (2023), no entanto, é importante observar que esse indicador não aborda a diversidade dentro do grupo de mulheres na ciência brasileira, pois não permite a análise cruzada de dados relacionados à cor, etnia, origem, classe social ou orientação sexual.

De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq, em 1995, a participação de mulheres cientistas atingiu 39%, e esse número aumentou para 47% em 2004 em todo o território nacional, em 2010, conforme o plano tabular do CNPq, os dados censitários indicam que o número de cientistas do sexo feminino é praticamente igual ao do sexo masculino (LINO; MAYORGA, 2016).

Ainda segundo Lino e Mayorga (2016), os 128,6 mil pesquisadores, incluindo discentes e docentes, registrados na base de dados do CNPq, metade são mulheres. Uma realidade que contrasta com o cenário de 1995, quando, a cada 100 pesquisadores, apenas 39 eram do sexo feminino (BARROS; MOURÃO, 2018).

Em suma, os movimentos feministas têm desempenhado um papel crucial na transformação do paradigma educacional, destacando a importância de superar estereótipos de gênero e promover a igualdade nas salas de aula, ao mesmo tempo, os estudos de gênero têm fornecido uma base acadêmica sólida para a compreensão das dinâmicas de poder e das questões sociais relacionadas ao gênero.

Ao analisar os setores nos quais as mulheres predominantemente se inserem, observa-se que aquelas que conseguem transpor as barreiras da masculinização na ciência e da esfera doméstica tendem a escolher ocupações categorizadas como "trabalhos femininos" (CONCEIÇÃO, 2017).

No que diz respeito aos setores, é importante lembrar que a categorização de trabalhos como femininos é socialmente construída e pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, mesmo quando as mulheres conseguem superar as barreiras de gênero em áreas como a ciência e a esfera doméstica, elas ainda tendem a se concentrar em setores considerados trabalhos femininos.

Isso pode ser explicado por diversos fatores, como a persistência de estereótipos de gênero, a falta de oportunidades em outras áreas e a divisão sexual do trabalho.

Essas escolhas frequentemente resultam em uma significativa distância de posições de liderança e direção, que ocupam posições hierarquicamente superiores. Esta constatação destaca o impacto das representações culturais sobre as mulheres, as quais moldam comportamentos que, por sua vez, atuam como obstáculos ao progresso das mulheres no âmbito científico (LINO; MAYORGA, 2016).

Dentre os motivos que explicam o aumento da presença de mulheres no campo científico, incluem-se a baixa remuneração dos professores, as condições de trabalho precárias e o declínio da reputação da carreira, fatores que afastam os homens e, ao mesmo tempo, atraem as mulheres devido à flexibilidade de horários (TAVAREZ; SOUZA, 2022).

Assim, o desinteresse masculino surge como um dos elementos significativos para o crescimento da participação feminina na esfera científica. Entretanto, ao analisar exclusivamente dessa forma, corremos o risco de subestimar o impacto

político da presença das mulheres na ciência e atribuir aos homens o poder de determinar se as mulheres têm ou não espaço nesse campo (LIMA, 2022).

A partir de Freeman (2019) constatamos que as informações provenientes do Diretório do CNPq, que analisa os coordenadores de núcleos de pesquisa, juntamente com os dados do Conselho de Reitores das Universidades, indicam que à medida que o prestígio e o poder associados a cargos acadêmicos aumentam, a participação das mulheres diminui.

Silva (2023) denomina esse fenômeno como "teto de cristal", uma barreira invisível que impede as cientistas mulheres de alcançar posições de maior poder e responsabilidade no campo da ciência e tecnologia.

1.3 O estudo de gênero e a educação das mulheres

O estudo de gênero e a educação das mulheres são áreas interconectadas que abordam questões relacionadas às experiências, oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres no contexto educacional. Essas discussões buscam compreender e analisar as disparidades de gênero no acesso à educação, bem como os impactos sociais, culturais e econômicos dessas disparidades (CONCEIÇÃO, 2017).

Ao analisar as experiências, oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres no contexto educacional, o estudo de gênero revela as raízes das desigualdades, estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e acesso desigual a recursos educacionais são alguns dos fatores que contribuem para a perpetuação dessas disparidades.

Compreender esses fatores é fundamental para a elaboração de políticas públicas e práticas educacionais que promovam a equidade de gênero, ações afirmativas, programas de apoio e a desconstrução de estereótipos são exemplos de medidas que podem contribuir para a inclusão das mulheres no sistema educacional e para o desenvolvimento de seu potencial.

Portanto, o estudo de gênero e a educação das mulheres se configuram como áreas fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao compreender e combater as desigualdades de gênero na educação, podemos abrir caminho para um futuro em que todas as mulheres tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e contribuir para o progresso da sociedade.

Logo, a educação das mulheres é frequentemente considerada uma ferramenta poderosa para o empoderamento feminino. Na vertente de discussão de Barro e Mourão (2018) as mulheres educadas têm maior probabilidade de participar ativamente na sociedade, assumir papéis de liderança, tomar decisões informadas sobre suas vidas e contribuir para o desenvolvimento econômico.

A educação das mulheres é, sem dúvida, uma ferramenta poderosa para o empoderamento feminino, como apontam Barro e Mourão (2018). Mulheres educadas têm maior probabilidade de participar ativamente na sociedade, assumir papéis de liderança, tomar decisões informadas sobre suas vidas e contribuir para o desenvolvimento econômico.

No entanto, é importante refletir criticamente sobre essa afirmação na medida em que a educação por si só não garante o empoderamento feminino. É preciso considerar as estruturas sociais, culturais e econômicas que perpetuam a desigualdade de gênero, mesmo em contextos de acesso à educação.

Por fim, é fundamental reconhecer que o empoderamento feminino não se limita à educação formal. É preciso considerar outras dimensões da vida das mulheres, como a saúde, a segurança, a participação política e o acesso à justiça, em suma, é preciso investir em uma educação inclusiva e transformadora, que promova a equidade de gênero e o empoderamento feminino em todas as dimensões da vida das mulheres.

Nesse contexto, as desigualdades presentes na sociedade brasileira são moldadas pelos conceitos socialmente construídos de "raça" e gênero, os quais não correspondem a nenhuma realidade natural. As disparidades estabelecidas pelo racismo e sexismo, ao se entrelaçarem e serem internalizadas, amplificam a opressão enfrentada pelas mulheres de todas as raças. É dessa forma, que as encontramos em uma condição consideravelmente adversa na sociedade brasileira (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

Neste sentido, o estudo de gênero na educação também busca promover a equidade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham oportunidades iguais de acesso à educação e que as instituições educacionais sejam livres de discriminação de gênero (HADDAD; RIBEIRO; TASSINGNY, 2020).

A citação de Haddad, Ribeiro e Tassinny (2020) acerca do estudo de gênero na educação como promotor da equidade de gênero apresenta um ponto crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De fato, a inserção dessa

temática no âmbito educacional abre portas para desconstruir estereótipos, combater a discriminação e garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero, tenham acesso irrestrito às oportunidades educacionais.

A equidade de gênero na educação pressupõe a garantia de que homens e mulheres tenham as mesmas chances de frequentar a escola, permanecer nela e concluir seus estudos com sucesso. Isso significa combater as disparidades de acesso à educação que ainda persistem em diversas realidades, como a evasão escolar de meninas em áreas rurais ou a sub-representação de mulheres em áreas científicas e tecnológicas.

A educação em gênero pode contribuir para a superação desses desafios ao promover a valorização da educação para todos os gêneros e ao identificar e eliminar barreiras que impedem o pleno acesso à educação.

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, ainda existem desafios contemporâneos no campo da educação das mulheres, como o acesso desigual em algumas regiões do mundo, a persistência de estereótipos de gênero e a necessidade contínua de incentivar a participação feminina em áreas STEM um acrônimo em inglês para (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), (PEDRO; WOLFF; SILVA, 2022).

Muitos países implementaram políticas e intervenções específicas para promover a igualdade de gênero na educação. Essas ações incluem a criação de programas de bolsas, políticas de inclusão e medidas para combater o assédio e a discriminação de gênero nas instituições educacionais (LIMA, 2022).

Os movimentos feministas e os estudos de gênero deram origem a uma série de organizações e redes de apoio dedicadas à promoção da igualdade de gênero na educação. Essas organizações desempenham um papel vital na defesa dos direitos das mulheres, na realização de pesquisas relacionadas ao gênero na educação e na prestação de apoio prático para as mulheres que buscam se aprimorar (CABREJO; RODRÍGUEZ, 2021).

2. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A MULHER NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

As transformações sociais, como a urbanização e a industrialização, tiveram um impacto profundo na educação feminina. Tais mudanças criaram oportunidades educacionais e desafios para as mulheres, moldando suas trajetórias educacionais e profissionais (FREEMAN, 2019).

A citação de Freeman (2019) sobre o impacto das transformações sociais na educação feminina oferece um olhar perspicaz sobre as dinâmicas complexas que moldaram as trajetórias educacionais e profissionais das mulheres ao longo da história. De fato, a urbanização e a industrialização, trouxeram consigo oportunidades e desafios que reconfiguraram o panorama educacional para as mulheres, abrindo portas para o conhecimento, mas também impondo novos obstáculos.

Nos anos 1970, Teresina passou por um intenso processo de urbanização que trouxe profundas transformações nas vivências cotidianas, a criação de novos espaços de lazer, como boates, clubes recreativos e cinemas, aliada a melhorias na infraestrutura urbana, contribuiu para redefinir o cotidiano das mulheres (SANTANA, 2008).

Nesse cenário, surgiram diferentes padrões de comportamento feminino, frequentemente debatidos pela imprensa local, enquanto os movimentos feministas promoviam pautas como maior liberdade sexual e participação nos espaços públicos, críticos buscavam limitar essas conquistas, tentando moldar os comportamentos dentro de padrões mais tradicionais.

Nesse sentido, Cardoso (2002), menciona que o acesso ao ensino superior, intensificado pela criação da Universidade Federal do Piauí, foi um marco importante para as mulheres da década de 1970. O aumento da escolarização feminina refletiu na entrada significativa das mulheres no mercado de trabalho, especialmente no setor terciário da economia.

Essa maior participação era impulsionada tanto pela necessidade de mão de obra qualificada quanto pelos anseios de consumo das famílias, que passaram a enxergar na inserção feminina no mercado uma estratégia desejável para alcançar estabilidade e ascensão econômica.

A luta por igualdade de gênero na educação ganhou força nesse contexto, com os movimentos sociais que reivindicaram o fim da segregação de gênero nas

escolas e o acesso irrestrito das mulheres a todas as áreas do conhecimento. A luta contribuiu para a derrubada de barreiras e a conquista de avanços importantes, como o direito ao voto feminino e a maior participação das mulheres na vida pública.

A imprensa desempenhou papel central na construção de identidades femininas ao registrar e divulgar as mudanças na sociedade, por meio de crônicas e artigos, buscava-se definir comportamentos considerados ideais para as mulheres, promovendo uma conciliação entre os valores modernos e os tradicionais. A convivência em espaços públicos, como teatros e praças, e a influência de programas televisivos, como telenovelas, moldaram novos padrões de sociabilidade e trouxeram à tona debates sobre o papel das mulheres no âmbito familiar e social (CARDOSO, 2002).

Pesquisas sobre as mulheres teresinenses dos anos 1970 revela como as experiências femininas foram moldadas por discursos familiares, práticas sociais e expectativas coletivas, ao mesmo tempo em que lutavam por autonomia e liberdade, essas mulheres navegavam entre os modelos tradicionais e as possibilidades modernas, evidencia como os valores e comportamentos foram ressignificados nesse período, delineando um universo feminino em constante transformação.

Segundo Barros e Mourão (2018), analisando dois intervalos temporais de 11 anos cada, nota-se que, entre 1991 e 2002, houve um aumento de 19,4% no número de matrículas femininas em cursos de graduação. Já no período de 2003 a 2014, esse crescimento foi significativamente maior, alcançando 96,5%, em 2003. O total de matrículas em cursos de graduação era de quatro milhões, e em 2014, esse número ultrapassou 7,8 milhões.

O incremento nas matrículas da pós-graduação *stricto sensu*, embora constante, foi mais pronunciado entre 1991 e 2002, com um aumento impressionante de 782% nas matrículas nos programas de mestrado e doutorado. No período de 2003 a 2014, o total de titulações teve um aumento de 312%, apesar do crescimento mais modesto na última década, (BARROS; MOURÃO, 2018).

No que diz respeito a participação feminina, a história educacional destaca as disparidades experimentadas por meninos e meninas, tanto no contexto da educação formal quanto nos processos sociais destinados a promover atividades intelectuais para a elite, trabalhos manuais para as classes populares, e atribuições específicas para mulheres e homens (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

O estudo sobre as mulheres de Teresina na década de 1970 destaca como suas vivências foram influenciadas por normas familiares, práticas sociais e as demandas culturais da época, logo estas estruturas moldavam não apenas os papéis atribuídos a elas, mas também as oportunidades e desafios que enfrentavam, isto evidencia um cenário onde a identidade feminina era construída em meio a fortes expectativas coletivas (CARDOSO, 2002)

No Brasil, uma parcela significativa da população tinha-se como analfabeta, especialmente as mulheres, cuja orientação educacional estava centrada no ambiente familiar, influenciada pela tradição portuguesa que preconizava a educação feminina ideal voltada para habilidades domésticas (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

É importante ponderar, que o modelo de escolha de cursos universitários permanece fortemente influenciado pela dimensão de gênero, com mulheres sendo predominantemente matriculadas em cursos de menor prestígio e enfrentando resultados menos favoráveis no mercado de trabalho (ALON; DIPRETE, 2015).

Carvalhaes e Ribeiro (2019), apresenta três constatações baseadas na literatura: I - existe uma divisão entre cursos humanísticos e científicos, acompanhada por uma segregação de gênero entre carreiras de cuidado e técnicas em diferentes países; II - a segregação de gênero persiste em diversos níveis de ensino, embora seus padrões e intensidades variem; III - houve uma redução modesta na desigualdade de gênero ao longo do tempo em escala global.

Estes padrões são geralmente atribuídos à persistência de crenças e valores sobre supostas habilidades e inclinações "naturais" de homens e mulheres, que são mantidos nas sociedades contemporâneas e perpetuados (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

Portanto, as desigualdades experimentadas no dia a dia da sociedade, no que diz respeito às relações de gênero, não são determinadas exclusivamente pelo aspecto econômico, as disparidades de gênero foram construídas a partir de influências culturais e sociais (FEITOSA; SILVA, 2019).

Ainda segundo Feitosa e Silva (2019), o aspecto social é responsável por moldar e disseminar representações sociais sobre as funções atribuídas à mulher e ao homem em diversos contextos, como na família, na escola e no trabalho, impactando a vida em sociedade.

A afirmação de Feitosa e Silva (2019) sobre as raízes multifacetadas das desigualdades de gênero é um convite à reflexão crítica profunda. Se as disparidades

entre homens e mulheres transcendem o aspecto econômico, encontrando terreno fértil em construções culturais e sociais arraigadas, torna-se imperativo desvendar as complexas intersecções que alimentam essa realidade persistente.

As normas sociais, muitas vezes cristalizadas em crenças e valores, moldam as expectativas em torno dos papéis de gênero. A mulher, tradicionalmente associada à esfera doméstica e ao cuidado, vê suas ambições profissionais e intelectuais frequentemente relegadas a um segundo plano. Já o homem, detentor da esfera pública e do poder, encontra-se em posição de vantagem em diversos âmbitos da vida em sociedade.

Essa dicotomia artificial, perpetuada por gerações, gera consequências nefastas para ambos os sexos. As mulheres, limitadas em suas oportunidades, são impedidas de alcançar seu pleno potencial, enquanto os homens, presos em uma masculinidade tóxica, são privados da possibilidade de desenvolver sua sensibilidade e afetividade.

É fundamental, portanto, romper com essa lógica binária e reconhecer a diversidade das identidades de gênero, a desconstrução de estereótipos e a promoção de uma educação igualitária desde a tenra idade são ferramentas essenciais para dismantelar as estruturas patriarcais que sustentam as desigualdades.

Ao tecermos um diálogo aberto e honesto sobre gênero, desafiando as normas e questionando os privilégios, abrimos caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada indivíduo, independentemente de sua identidade de gênero, tenha a liberdade de perseguir seus sonhos e alcançar seu pleno potencial.

Neste sentido, a participação da mulher na economia brasileira é resultado da confiança para explorar suas habilidades e lidar com várias situações profissionais, buscando credibilidade e sucesso em sua carreira, mesmo diante de desafios em sua trajetória (SIQUEIRA; FERIATO, 2021).

De acordo com Guedes (2015), destaca a notável disparidade entre homens e mulheres e a discriminação enfrentada pela mão-de-obra feminina como um ponto crucial no estudo sobre mercado de trabalho e gênero, o autor fundamenta essa questão em duas análises distintas.

A primeira destaca que, mesmo com uma inversão nas disparidades de gênero em termos de escolaridade, as mulheres continuam a receber salários

inferiores aos dos homens. Nesse contexto, sugere-se a reavaliação das práticas empresariais ou pessoais que contribuem para esse viés favorável aos trabalhadores do sexo masculino, desde o processo de contratação até o desempenho das funções no ambiente de trabalho (GUEDES, 2015).

A segunda análise, aborda a estrutura histórica do mercado de trabalho, centrada no trabalhador homem, que tradicionalmente contava com o apoio constante da mulher, responsável pelas atividades domésticas, com a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, anteriormente reservado aos homens. Aqui surge o desafio de conciliar os dois tipos de trabalho (doméstico e externo). (GUEDES, 2015).

No caso das mulheres chefes de família, as disparidades salariais resultam em vulnerabilidade econômica, uma situação que pode ser agravada em sociedades periféricas devido ao trabalho precoce de crianças e jovens, levando à exploração infantil ou ao retorno de pessoas idosas ao mercado de trabalho para complementar a renda familiar (OLIVEIRA; SANTANA; VIEIRA, 2020).

A incorporação persistente do contingente feminino no mercado de trabalho tornou-se um fenômeno social marcante. A atividade laboral das mulheres no Brasil registrou um aumento significativo nas últimas décadas, com a taxa de participação das mulheres entre 15 e 59 anos subindo de 52,5% em 1992 para 61% em 2012, (FEITOSA; SILVA, 2019).

Vale destacar a expansão dos campos profissionais ocupados por mulheres, observando que elas deixaram de ser apenas donas de casa para desempenhar papéis diversos, como mãe, esposa, operária, enfermeira, professora, arquiteta, juíza, motorista de ônibus, bancária, entre várias outras profissões, ocupando um cenário que antes era predominantemente masculino (ANTUNES; FLECK; TROIAN, 2023).

A crescente presença feminina no mercado de trabalho brasileiro, como destacado por Feitosa e Silva (2019), e Antunes, Fleck e Troian (2023), revela-se como um marco social transformador. A participação das mulheres entre 15 e 59 anos subindo de 52,5% em 1992 para 61% em 2012, demonstra a conquista de novos espaços e a ruptura com estereótipos de gênero que as relegavam ao papel de donas de casa.

Essa ascensão vai além da mera ocupação de cargos profissionais, pois as mulheres assumem múltiplos papéis, conciliando as responsabilidades domésticas e familiares com o trabalho fora de casa, desafiando jornadas duplas e triplas

exaustivas, transcendem o passado em que se limitavam a profissões como professora, enfermeira ou babá, conquistando espaço em áreas antes dominadas por homens, como engenharia, arquitetura, direito e até mesmo cargos de liderança.

Essa conquista, no entanto, não se dá sem desafios, pois a desigualdade salarial entre os gêneros ainda persiste, com as mulheres recebendo em média 77% do salário dos homens para a mesma função, a sobrecarga de trabalho, a falta de creches e a dificuldade de encontrar apoio doméstico também dificultam a progressão profissional das mulheres.

É fundamental, portanto, que a sociedade se mobilize para garantir que essa ascensão seja acompanhada de medidas que promovam a equidade de gênero no mercado de trabalho, isso inclui políticas públicas de apoio à conciliação da vida profissional e familiar, combate à discriminação no ambiente de trabalho e a promoção da igualdade salarial.

A jornada das mulheres no mercado de trabalho é árdua, mas também inspiradora. É um símbolo da luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo, independentemente de seu gênero, tenha a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

Nas últimas décadas, o papel da mulher na economia e na sociedade em geral passou por transformações rápidas e significativas, com essas mudanças, observou-se uma alteração nos arranjos familiares, com mulheres assumindo a chefia de lares e casais compartilhando compromissos e responsabilidades (SCHINAIDER, 2018).

Como resultado, as mulheres tornaram-se cada vez mais participativas, tanto economicamente quanto socialmente na medida que o trabalho feminino tem sido progressivamente integrado à estrutura econômica da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, e associando o avanço das carreiras femininas ao contexto dos movimentos políticos e sociais das décadas de 1960 e 1970 do século XX, incluindo o movimento feminista, as mudanças nos valores culturais e a expansão da educação para as mulheres se tornam efetivas (RODRIGUES, 2019).

O aumento da participação feminina ao longo dos últimos cinquenta anos é atribuído a fatores econômicos e culturais. Podemos destacar que o progresso da industrialização alterou a estrutura produtiva, juntamente com a continuidade do processo de urbanização e a redução das taxas de fecundidade, criando mais oportunidades para as mulheres encontrarem emprego na sociedade (LIMA, 2018).

Ao buscar compreender o papel da mulher na sociedade, é essencial conhecer sua história para compreender a formação de sua identidade, seus grupos sociais, e sua posição tanto no contexto familiar quanto no mercado de trabalho. (SCHINAIDER, 2018).

A citação de Rodrigues (2019) sobre a crescente participação feminina na sociedade, tanto no âmbito econômico quanto social, ecoa um movimento transformador que se intensificou nas últimas décadas, de fato, a progressiva integração do trabalho feminino à estrutura econômica capitalista, impulsionada por fatores interligados, redefiniu o papel da mulher na sociedade, abrindo portas para novas oportunidades e desafios.

O progresso da industrialização, como destaca Lima (2018), alterou a estrutura produtiva, criando demandas por mão de obra. Essa conjuntura, aliada à urbanização crescente e à redução das taxas de fecundidade, propiciou um cenário mais favorável à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Oportunidades antes restritas se abriram, permitindo que elas buscassem independência financeira e autonomia social.

As décadas de 60 e 70 do século XX foram marcadas por intensas mobilizações sociais, incluindo o movimento feminista, que clamava por igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres. Essa luta incansável questionou os estereótipos de gênero e as estruturas patriarcais que limitavam o potencial feminino.

Em Teresina, a concentração de instituições de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, moldou significativamente o perfil educacional da população. Os dados revelam uma alta taxa de escolaridade, especialmente entre as mulheres, que predominavam em todos os níveis de ensino e apresentavam, em média, mais anos de estudo (SANTANA, 2008).

A expansão do acesso à educação para as mulheres, como ressalta Schinaider (2018), foi um fator crucial para sua emancipação, ao adquirir conhecimento e qualificação profissional. As mulheres puderam competir de forma mais justa no mercado de trabalho e ampliar suas perspectivas de vida.

Os dados do Censo de 1970 e 1980 evidenciam que a falta de instrução era um problema significativo em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. quase metade da população adulta não possuía qualquer escolaridade formal, indicando que o acesso à educação era restrito a uma minoria, apesar dos esforços do Estado para

expandir a educação no Piauí, a situação da população teresinense, nesse aspecto, permaneceu praticamente inalterada ao longo da década de 1970 (SANTANA, 2008).

Analisando os demais grupos e pegando a categoria homem/mulher, percebemos que as mulheres, segundo o IBGE, tanto em 1970 como em 1980, são a maioria em todos grupos correspondentes aos anos de estudos acumulados, chegando a representar 59,67% na faixa que cursou de 11 a 14 anos de estudos no Censo de 1980, portanto, os homens continuam superando esse percentual, quando os anos de estudos passam para a faixa dos 15 anos ou mais, representando 67,74% em 1970 e 62,86 %, em 1980 (SANTANA, 2008).

Ao comparar homens e mulheres, observamos que as mulheres eram maioria em todos os níveis de escolaridade, exceto no ensino superior (15 anos ou mais). Nessa etapa, os homens predominavam, indicando menor acesso feminino a essa modalidade de ensino.

Apesar dos avanços conquistados, a trajetória da mulher na sociedade ainda é marcada por desafios, a desigualdade salarial entre os gêneros, a dupla jornada de trabalho e a persistência de estereótipos de gênero são alguns dos obstáculos que precisam ser superados para garantir a plena equidade de gênero.

Ao desvendarmos as raízes históricas da inserção da mulher na sociedade, como propõe Schinaider (2018), podemos compreender com maior profundidade as conquistas alcançadas, os desafios persistentes e as perspectivas para o futuro, essa análise crítica é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres possam exercer sua plena cidadania e alcançar seu pleno potencial.

2.1 A Educação Feminina no Brasil

Em 1827, o Decreto Imperial nº 7.247, conhecido como Lei Geral da Instrução Pública, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário para ambos os sexos. Esta lei foi um marco importante na história da educação feminina no Brasil, pois garantiu o acesso à educação básica para todas as crianças, independentemente do gênero (SOUZA, 2015).

No entanto, as mulheres ainda enfrentavam barreiras no acesso ao ensino superior. Em 1879, a Faculdade de Medicina da Bahia foi a primeira instituição de ensino superior brasileira a admitir mulheres. No entanto, foi apenas em 1919 que as

mulheres foram autorizadas a frequentar todas as faculdades brasileiras (SANTOS; COSTA, 2016).

A citação de Souza (2015) sobre o Decreto Imperial nº 7.247, de 1827, como marco na história da educação feminina no Brasil, destaca um momento crucial na luta pelo acesso à educação para todas as crianças, independentemente do gênero, essa conquista, embora fundamental, não significou o fim das disparidades de gênero na educação brasileira.

A Lei Geral da Instrução Pública representou um passo importante para a democratização do acesso à educação no país. No entanto, a realidade das mulheres na época ainda era marcada por diversas dificuldades, a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a pobreza e os estereótipos de gênero que limitavam as aspirações femininas eram alguns dos obstáculos que impediam a plena participação das mulheres no ambiente educacional.

Portanto, com a abertura da Faculdade de Medicina da Bahia em 1879 para mulheres representou um símbolo de resistência e persistência na luta por igualdade de oportunidades, a conquista do direito de frequentar todas as faculdades brasileiras em 1919, após anos de luta e reivindicações, consolidou essa conquista.

Apesar dos avanços históricos, a trajetória da educação feminina no Brasil ainda é marcada por desafios. As desigualdades de gênero no acesso e na qualidade da educação ainda persistem, especialmente em grupos marginalizados como mulheres negras, indígenas e de baixa renda. Além disso, a violência contra a mulher no ambiente escolar, o sexismo e a falta de representatividade feminina em cargos de liderança nas instituições de ensino são realidades que precisam ser combatidas.

Ao analisarmos a história da educação feminina no Brasil, é fundamental reconhecer os progressos alcançados, mas também os desafios que ainda persistem. É necessário investir em políticas públicas que promovam a equidade de gênero na educação, combatam estereótipos e garantam que todas as meninas e mulheres tenham acesso à educação de qualidade, desde a educação infantil até o ensino superior.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa necessariamente pela garantia do direito à educação de qualidade para todas as pessoas, sem distinção de gênero, raça, classe social ou qualquer outra forma de discriminação. A educação é uma ferramenta poderosa de transformação social e

deve ser acessível a todos, para que cada indivíduo possa alcançar seu pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento do país.

A partir da década de 1970, a educação feminina no Brasil passou por um processo de expansão significativa, o número de mulheres matriculadas no ensino superior cresceu significativamente, e elas passaram a ocupar posições de destaque em diversas áreas acadêmicas (FERREIRA; NUNES, 2019).

Portanto, ainda persistem desafios relacionados ao preconceito de gênero no mercado de trabalho educacional. As mulheres muitas vezes enfrentam disparidades salariais em comparação com seus colegas masculinos, ocupam menos cargos de liderança e enfrentam estereótipos que podem impactar negativamente suas carreiras (PRADO; FLEITH, 2020).

Em suma, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária exige um compromisso com a educação feminina de qualidade para todas, através do reconhecimento dos progressos alcançados, do combate às desigualdades persistentes e da implementação de políticas públicas eficazes, poderemos construir um futuro em que todas as meninas e mulheres tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento do país.

2.2 Trajetórias analisadas de 1930 a 1970

Neste estudo usamos dois textos como base que analisam e se complementam sobre a experiência feminina em Teresina, e como as mudanças sociais e econômicas nas décadas de 1930 a 1970 influenciaram.

O objeto de pesquisa dos dois textos é a experiência de vida das mulheres em Teresina como fonte principal para suas análises. O primeiro texto, "MÚLTIPLAS E SINGULARES: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS EM TERESINA (1930-1970)", analisa o acesso das mulheres ao ensino superior e a subsequente profissionalização entre as décadas de 1930 e 1970. Cardoso (2002) explora como as relações de gênero impactaram as trajetórias educacionais e profissionais dessas mulheres, revelando as condições históricas que possibilitaram sua entrada na universidade. Em seu texto é possível entender uma linha do tempo com a trajetória durante o recorte.

O segundo texto, "DISCURSOS, DESEJOS E TRAMAS: O comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX", foca em como o

comportamento feminino foi moldado pelas mudanças sociais e econômicas da década de 1970, incluindo novos espaços de sociabilidade, projetos educacionais e profissionais, casamento e experiências afetivas. Santana (2008) examina como as mulheres negociaram as expectativas tradicionais e as novas oportunidades que surgiram na década de 1970.

Ambos os textos demonstram como a vida das mulheres em Teresina foi impactada por mudanças sociais, econômicas e culturais mais amplas. As fontes, incluindo histórias de vida, jornais e dados estatísticos, revelam como as mulheres reagiram, se adaptaram e moldaram essas mudanças em suas vidas. Os textos também destacam a diversidade de experiências entre as mulheres, reconhecendo que nem todas seguiram o mesmo caminho ou tiveram as mesmas oportunidades.

Um aspecto fundamental para entendermos essa intensificação do número de mulheres em diferentes níveis do ensino, é a mudança na importância que a educação passou a ter para as camadas mais abastadas e com isso passou a ser percebido pelas camadas médias; muitas famílias aplicaram recursos nesse sentido, com a perspectiva de que seus filhos tivessem acesso à escola e fossem bem-sucedidos (SANTANA, 2008). Os dois textos embora abordem a experiência das mulheres em Teresina, diferem em seus períodos de foco e nos aspectos específicos que analisam.

Cardoso (2002), abrange um período mais extenso, entre as décadas de 1930 e 1970. Com foco principal na emergência de mulheres com formação superior em Teresina e o impacto das relações de gênero em suas trajetórias. O texto investiga: O acesso das mulheres ao ensino superior a partir das dificuldades enfrentadas, as motivações e os incentivos familiares; A profissionalização feminina: como as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, os desafios e as conquistas; A construção da identidade feminina tais como a educação e a profissionalização impactaram na forma como as mulheres se viam e eram vistas pela sociedade.

Santana (2008), por outro lado concentra-se na década de 1970, examinando como as mulheres lidaram com as rápidas mudanças sociais e econômicas que impactaram o seu comportamento. O seu texto explora temas como: Novos espaços de sociabilidade: como bares, clubes e outros locais de lazer; Mudanças nos projetos educacionais e profissionais: com a crescente presença de mulheres na universidade e no mercado de trabalho; Transformações no casamento e nas experiências afetivas: com o surgimento de novas concepções sobre relacionamentos, incluindo o divórcio e a liberdade sexual.

Ambos contribuem para a compreensão da experiência feminina, demonstrando que os estudos assumiram um papel crucial na vida das mulheres teresinenses ao longo do século XX ao abrir portas para novas oportunidades e transformando suas vidas de maneira significativa, mas com perspectivas e recortes distintos.

Cardoso (2002), enfatiza que a educação superior contribuiu para a construção de um novo modelo de feminilidade, em que as mulheres passaram a ocupar espaços antes restritos ao universo masculino. Com destaque nos seguintes pontos: A crescente presença de mulheres nas universidades, principalmente na década de 1970, demonstra a ruptura com a ideia de que o casamento e a maternidade eram os únicos objetivos de vida para as mulheres. A educação superior possibilitou que as mulheres conquistassem autonomia financeira e, conseqüentemente, maior liberdade para fazer suas próprias escolhas, impactando diretamente na dinâmica familiar e nas relações de gênero. A profissionalização proporcionada pela educação superior permitiu que as mulheres se inserissem no mercado de trabalho de forma mais qualificada, ampliando suas possibilidades de atuação e contribuindo para a construção de uma identidade feminina mais independente.

A subjetividade dessas mulheres se construía tanto a partir dos projetos pessoais, da busca de satisfação profissional quanto através da importância do outro - filhos e marido. Com efeito, a identidade dessas mulheres ia se estabelecendo mediante referências ambíguas, na medida em que se situavam entre os espaços e papéis público e privado.

Na verdade, essa ambiguidade é uma característica do processo de individualização pelo qual iam passando, tendo em vista que o desenvolvimento das aspirações individuais era marcado por referências englobadoras com a família. Em outras palavras: essas mulheres estavam se tornando indivíduos, mas os papéis familiares continuavam fazendo parte de suas vivências. (CARDOSO, 2008, p.145)

Santana (2008) aponta para a importância dos estudos como um fator chave na redefinição dos comportamentos femininos. As mulheres buscavam conciliar os papéis tradicionais de mãe e esposa com a crescente vontade de ter uma carreira profissional. Os estudos se tornam, portanto, um caminho para alcançar essa conciliação, permitindo que as mulheres se inserissem no mercado de trabalho e conquistassem maior autonomia financeira, destacando ainda que a busca por maior escolarização impulsionou uma diminuição na taxa de fecundidade, demonstrando que as mulheres passaram a planejar suas famílias com mais consciência,

equilibrando a maternidade com seus projetos profissionais, desafiando os padrões tradicionais de comportamento e construindo novas identidades.

É possível ter uma linha do tempo sobre a Trajetórias Femininas em Teresina (1930-1970) a partir do texto de Elizangela Barbosa Cardoso.

1930s:

- Ascensão do Liceu Piauiense: O Liceu, aceitando alunos e alunas, abre portas para a educação de mulheres de elite, como Rosa Amélia Tajra, que buscava alternativas à carreira de professora, vista como padrão para as mulheres da época.
- Formação da primeira advogada: A Faculdade de Direito do Piauí (FADI), fundada em 1931, presencia a graduação da primeira mulher em Direito, marcando o ingresso feminino em um campo tradicionalmente masculino.

1940s - 1950s:

- Predominância de modelos tradicionais: A educação feminina ainda era vista como um caminho para o casamento, com ênfase em cursos como o Normal (formação de professoras) e o ensino técnico voltado para o secretariado.
- Influência de figuras femininas inspiradoras: Mulheres que rompiam com os padrões, como tias que priorizavam a carreira e a independência, tornavam-se exemplos para as jovens, apesar da pressão social para o casamento.
- Restrições sociais e controle familiar: A vida social das jovens era rigidamente controlada, com limites de horários para o retorno à casa e restrições a locais frequentados, como praças públicas após determinado horário.
- Valorização da virgindade e controle da sexualidade: A virgindade era vista como um valor supremo, e a sexualidade feminina era reprimida, com escândalos sociais em casos de gravidez fora do casamento.

1960s:

- Expansão do ensino superior: A criação da Faculdade de Medicina do Piauí (1968) e a ampliação da oferta de cursos superiores abrem mais oportunidades para as mulheres, impulsionando o ingresso no ensino superior.
- Questionamentos sobre a sexualidade: A imprensa começa a abordar a sexualidade feminina, ainda que com forte viés moralizante, demonstrando a emergência de novas discussões sobre o tema.
- Persistência do controle social: Apesar de alguns avanços, o controle sobre a vida social e a sexualidade feminina se mantinha forte, com a vigilância dos pais e a persistência da imagem de "moça falada" para aquelas que desafiavam as normas.

- Busca por autonomia e independência: Jovens desafiam as expectativas familiares, buscando autonomia para viajar e morar com o namorado em outros estados, mesmo enfrentando a resistência paterna.

1970s:

- Emergência de novos discursos sobre a mulher: A imprensa publica artigos sobre a importância da mulher moderna ser independente, inteligente e capaz de conciliar casamento e carreira, ainda que dentro de certos limites.

- Mulheres no espaço público: A participação feminina na vida pública aumenta, com a ocupação de cargos profissionais e a atuação política, desafiando a ideia de que o lugar da mulher era exclusivamente o lar.

- Conflitos entre tradição e modernidade: A busca por autonomia e independência gerava conflitos com os valores tradicionais, com mulheres enfrentando resistências e críticas por desafiarem as expectativas sociais.

- Maternidade e casamento ainda presentes: Apesar das mudanças, a maternidade e o casamento continuavam sendo aspirações importantes para muitas mulheres, que buscavam conciliar esses projetos com a vida profissional.

- Divisão de tarefas domésticas: A divisão de tarefas domésticas com o marido emerge como um fator importante para a conciliação entre carreira e família, ainda que não fosse uma prática generalizada.

Diversas mulheres são mencionadas nas fontes, incluindo estudantes, professoras, mães e donas de casa, que contribuem para a construção de um panorama das trajetórias femininas em Teresina. As fontes também mencionam figuras masculinas, como pais, maridos, irmãos e namorados, que exercem influência sobre as escolhas e a vida das mulheres.

2.3 Desafios e perspectivas

Segundo (SOUZA, 2015), os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho educacional no Brasil incluem:

I - Disparidades salariais: mulheres frequentemente ganham menos do que homens que ocupam cargos semelhantes; II - Menos cargos de liderança: mulheres ocupam menos cargos de liderança do que homens; III - Estereótipos: mulheres podem enfrentar estereótipos que podem impactar negativamente suas carreiras, como a ideia de que são menos competentes ou menos capazes de liderança.

Apesar dos desafios, as perspectivas para a educação feminina no Brasil são positivas, o número de mulheres matriculadas no ensino superior continua crescendo, e elas estão conquistando posições de destaque em diversas áreas acadêmicas, e esta tendência é resultado de diversos fatores, como o avanço dos movimentos feministas, a legislação que garante a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a crescente conscientização sobre a importância da educação para as mulheres (SCHINAIDER, 2018).

Para superar os problemas enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho educacional, é importante promover a conscientização sobre as disparidades de gênero, a promoção de políticas igualitárias e a criação de um ambiente de trabalho inclusivo (FERREIRA; NUNES, 2019).

Schinaider (2018), aponta algumas ações concretas que podem ser tomadas para promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho educacional:

I - Promover a conscientização sobre as disparidades de gênero: é importante educar a população sobre as desigualdades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho educacional, isto pode ser feito por meio de campanhas, palestras e programas educacionais.

II - Promover políticas igualitárias: é importante garantir que as políticas educacionais sejam equitativas para homens e mulheres, pois inclui políticas de contratação, salário e promoção que sejam justas e não discriminatórias.

III - Criar um ambiente de trabalho inclusivo: é importante criar um ambiente de trabalho que seja inclusivo e livre de preconceitos, isso pode ser feito por meio de treinamentos, políticas de diversidade e inclusão e a criação de uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

IV - A superação dos desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho educacional é essencial para a promoção da igualdade de gênero na sociedade brasileira.

Neste sentido, as mulheres no mercado de trabalho educacional brasileiro ainda lutam contra disparidades salariais gritantes, onde frequentemente recebem menos do que seus pares masculinos para funções equivalentes, essa discrepância salarial, enraizada em estruturas patriarcais e na desvalorização do trabalho feminino, configura-se como um obstáculo significativo à progressão profissional e à conquista da igualdade de oportunidades.

Outro desafio persistente reside na sub-representação das mulheres em cargos de liderança nas instituições de ensino, apesar de sua crescente presença em diversas áreas acadêmicas, as mulheres ainda encontram dificuldades em ascender a posições de poder e influência, perpetuando uma cultura organizacional marcada pela hegemonia masculina.

Estereótipos de gênero nocivos também contribuem para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado educacional. A crença infundada de que as mulheres são menos competentes ou menos aptas para a liderança, por exemplo, limita suas oportunidades de crescimento profissional e alimenta um ambiente de discriminação e preconceito.

Apesar dos desafios persistentes, o futuro da educação feminina no Brasil se apresenta promissor, o número de mulheres matriculadas no ensino superior cresce a cada ano, demonstrando sua crescente participação e interesse na busca por conhecimento e qualificação profissional.

Essa expansão educacional feminina se traduz na conquista de posições de destaque em diversas áreas acadêmicas, onde as mulheres demonstram sua expertise, competência e capacidade de liderança. Essa crescente visibilidade e reconhecimento desafiam os estereótipos de gênero e abrem caminho para um futuro mais justo e equitativo.

Para superar os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho educacional, medidas concretas e transformadoras precisam ser implementadas, a conscientização sobre as disparidades de gênero é um passo crucial e deve ser promovida por meio de campanhas informativas, palestras e programas educacionais que combatam estereótipos e preconceitos.

A implementação de políticas igualitárias nas instituições de ensino é fundamental para garantir a justiça e a equidade, isso inclui políticas de contratação, salário e promoção que sejam justas e transparentes, combatendo a discriminação salarial e promovendo a valorização do trabalho feminino.

A criação de um ambiente de trabalho inclusivo e livre de preconceitos é essencial para o bem-estar e a produtividade das mulheres, treinamentos sobre diversidade e inclusão, políticas que valorizem a diferença e a criação de uma cultura de respeito mútuo são medidas essenciais para construir um ambiente de trabalho acolhedor e propício ao desenvolvimento profissional de todas as pessoas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, "A Educação Feminina nas Transformações Sociais: Um olhar bibliográfico", permitiram traçar um panorama abrangente e multifacetado da evolução da participação feminina na educação básica e superior. Evidenciou-se que as significativas mudanças sociais, econômicas e culturais que permearam as últimas décadas foram, e continuam sendo, os motores propulsores da ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres, redefinindo seus papéis e aspirações na sociedade.

A trajetória da educação feminina em Teresina reflete as transformações sociais mais amplas do Brasil e do mundo. A cidade ao longo de sua história, vivenciou um processo de urbanização e industrialização que, por sua vez, impulsionou a busca por qualificação profissional e a ampliação do acesso à educação para as mulheres.

No contexto específico de Teresina, a educação feminina apresentou particularidades, a concentração de instituições de ensino superior, a influência de movimentos sociais e a atuação de mulheres engajadas em causas educacionais foram fundamentais para a expansão das oportunidades para as mulheres teresinenses, no entanto, persistentes desigualdades sociais e econômicas ainda demandam atenção especial.

Em síntese, a análise do impacto das transformações sociais na participação feminina nos níveis de educação básica e superior revela uma trajetória marcada por avanços significativos. Os movimentos feministas emergiram como agentes fundamentais na desconstrução de barreiras históricas, promovendo a igualdade de gênero no acesso à educação e redefinindo o papel das mulheres na sociedade.

As mudanças nas estruturas familiares refletiram diretamente na ampliação das aspirações educacionais das mulheres, desvinculando-as progressivamente do tradicional papel doméstico para abraçar uma educação que as prepara não apenas para o casamento, mas também para a inserção no mercado de trabalho.

A feminização do magistério e a crescente presença feminina no ensino superior são resultados visíveis dessas transformações, evidenciando uma superação gradual de estereótipos de gênero e uma valorização do potencial intelectual das mulheres em diferentes esferas acadêmica

Diante desse panorama, é fundamental reconhecer a importância dessas mudanças não apenas como conquistas individuais, mas como contribuições

substantivas para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A pesquisa reforça a relevância social do tema, destacando que a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento de indivíduos e na promoção do avanço social.

Ao entender as raízes históricas e as dinâmicas contemporâneas que moldaram a participação feminina na educação, abre-se espaço para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas educacionais mais conscientes e alinhadas com a busca contínua por equidade de gênero.

Este estudo contribui, assim, para a compreensão mais profunda das interseções entre gênero e educação, oferecendo *insights* valiosos que podem orientar esforços futuros na promoção da igualdade e inclusão no âmbito educacional.

A análise do impacto das transformações sociais na participação feminina nos níveis de educação básica e superior, como apresentado, revela um panorama em constante evolução. Sem dúvida, os avanços conquistados pelas mulheres nesse campo são significativos e merecem ser celebrados.

A atuação dos movimentos feministas, em particular, foi fundamental para desconstruir barreiras históricas, promover a igualdade de gênero no acesso à educação e redefinir o papel das mulheres na sociedade, as mudanças nas estruturas familiares, impulsionadas por fatores socioeconômicos e culturais, também desempenharam um papel crucial na ampliação das aspirações educacionais das mulheres.

Gradualmente, elas se desvincularam do tradicional papel doméstico, assumindo um protagonismo crescente na busca por conhecimento e qualificação profissional, no que tange, a feminização do magistério, um fenômeno observado em diversos países, é um reflexo direto da maior participação das mulheres na educação.

Sua presença cada vez mais marcante no ensino superior, em áreas antes dominadas por homens, demonstra a superação gradual de estereótipos de gênero e o reconhecimento do potencial intelectual das mulheres em diferentes campos do saber.

. Em síntese, este estudo reforça a inegável contribuição da educação para o empoderamento feminino e para o desenvolvimento de sociedades mais justas e igualitárias. As conquistas alcançadas são fruto de um processo histórico de luta e resiliência, que desvinculou progressivamente as mulheres de papéis

tradicionalmente restritivos, capacitando-as a assumir protagonismo em diversas esferas.

A compreensão das raízes históricas e das dinâmicas contemporâneas que moldam a participação feminina na educação é, portanto, essencial. Este trabalho, ao oferecer um olhar bibliográfico sobre o tema, espera contribuir para a reflexão crítica e construtivas para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais mais conscientes e alinhadas com o imperativo da equidade de gênero, reconhecendo os avanços conquistados, mas também identificando os desafios que ainda persistem. A jornada é contínua, pois a educação permanece como uma ferramenta poderosa para construir um futuro onde todas as mulheres possam alcançar seu potencial máximo, sem distinção ou limitação em todos os âmbitos da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALON, Sigal; DIPRETE, Thomas. Gender differences in the formation of a field of study choice set. **Sociological science**, v. 2, 2015. Disponível em: < https://sociologicalscience.com/download/volume-2/february/SocSci_v2_50to81.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ANTUNES, Luise Rodrigues; FLECK, Carolina Freddo; TROIAN, Alessandra. A história do trabalho doméstico no Brasil: da escravidão ao atual cenário de desigualdade social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 2, 2023. Disponível em: < <http://contextlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/8014>>. Acesso em: 30 out. 2023.
- ALVES, Branca Moreira. A luta das mulheres no Brasil: história e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/i/2019.v27n2/>>. Acesso em: 09 out. 2023.
- ALVES, Jaqueline Conceição. (2020). A terceira onda do feminismo e a luta por direitos sexuais e reprodutivos. In **Maria Luiza Heilborn de Aguiar Carvalho (Org.), Feminismo e direitos sexuais e reprodutivos: a terceira onda em debate** (pp. 15-35). São Paulo: Editora Unesp.
- ALENCAR, Maria Sylvia de. **Bertha Lutz: uma biografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?format=html>>. Acesso em: 09 out. 2023.
- CABREJO, Fanni Muñoz; RODRÍGUEZ, Flor de María Monzón. Análise comparativa da incorporação da perspectiva de gênero nos programas curriculares: os casos da Argentina, Chile, Equador e Peru. **UNESCO**. 2021. Disponível em: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378006_por>. Acesso em: 08 out. 2023.
- CARDOSO, Elizagela Barbosa. **Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação Horizontal da Educação Superior no Brasil: Desigualdades De Classe, Gênero e Raça em um Contexto de Expansão Educacional. **Tempo Social**, V. 31, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ts/a/xwljy7hjwj6dzrbg85cpwgp/>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão. **Revista Educação Pública**. 2017. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-mtodos-at-a-sua-expulso>. Acesso em: 20 out. 2023.

COSTA, Priscila Trarbach. **O acesso da mulher ao ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2016. 124f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre., 2016.

Disponível em: <

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148559/001003101.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 out. 2023.

FEITOSA, Yascara Soares; SILVA, Joyce Albuquerque. Evolução da mulher no mercado de trabalho. **Business Journal**, v. 1, 2019. Disponível em: <

<http://www.cognitionis.inf.br/index.php/businessjournal/article/view/5>>. Acesso em: 27 out. 2023.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa. Mulheres negras no mercado de trabalho: interseccionalidade entre gênero, raça e classe social. **XLIII ENCONTRO DA ANPAD**, 2019. Disponível em: <

https://www.academia.edu/download/60919275/Interseccionalidade_pdf_2019_EnANPAD_EOR220320191016-98011-1ocpas8.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2023.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart. Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. São Paulo: FCC, 2015. Disponível em:

https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf >. Acesso em: 09 out. 2023.

FREEMAN, Jo. Organização Política do Movimento Feminista. Uma análise organizativa do movimento feminista, **Medium**. 2019. Disponível em:

<<https://medium.com/qg-feminista/organiza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-movimento-feminista-90ed4ef50524>>. Acesso em: 08 out. 2023.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, 2015. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/?format=html>>. Acesso em: 28 out. 2023.

HADDAD, Sousa Salvia; RIBEIRO, Aline Sousa; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma questão de gênero na pós graduação stricto sensu no Estado do Amazonas / A gender issue on graduation programs in the State of Amazonas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, 2020. Disponível em:

<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19971>>. Acesso em: 07 out. 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, **trabalho e poder: uma análise comparada**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2001.

LIMA, Jessica Valeria. **A Mulher em cargos de gestão na UFPA**. 2022. 134f. Dissertação (Mestre em Gestão Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém., 2022. Disponível em: <
https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/14505/1/Dissertacao_MulherCargosGestao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

LIMA, Maria Dávila Oliveira. **Análise do processo de inserção e atuação da mulher no mercado de trabalho da construção civil**. 2018. 67f. Monografia (Bacharel em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza., 2018. Disponível em: <
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40813/1/2018_tcc_mdolima.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

LINO, Tayane Rogeria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da ciência: uma análise da participação das mulheres na ciência moderna. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 7, 2016. Disponível em: <
<https://www.redalyc.org/pdf/2653/265347623012.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2023.

OLIVEIRA, Bárbara Raquel; SANTANA Luiz Carlos Ribeiro; VIEIRA, Olga Hianni Portugal. A questão de gênero no mercado de trabalho. **Reflexões Econômicas**, v. 5, 2020. Disponível em: <
<http://periodicos.uesc.br/index.php/reflexoeseconomicas/article/view/2621>>. Acesso em: 28 out. 2023.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes. Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. **Revista História**. v. 41, 2022. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/his/a/MSpKpKS43mMjsSDRNxgVym/?lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2023.

PRADO, Renata Muniz; FLEITH, Denise de Souza. Mulheres talentosas no Brasil: Trajetórias e desafios profissionais na sociedade contemporânea. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pe/a/zkqwNszXY5vd9SDq5xfXFsS/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**. v. 25, 2016. Disponível em: <
https://sociologicalscience.com/download/volume-2/february/SocSci_v2_50to81.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

RODRIGUES, Silvana Aparecida. **Uma análise bibliométrica acerca das dificuldades vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho**. 2019. 37f. Monografia (Bacharel em Administração) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana., 2019. Disponível em: <

https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2475/1/MONOGRRAFIA_An%C3%A1liseBibliom%C3%A9tricaDificuldades.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

SANTOS, Ana Paula de Sousa.; COSTA, Maria Luiza Furlan. O avanço feminino na educação superior brasileira: perspectivas de gênero, raça e classe. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, 2021. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12657>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SANTANA, Márcia. Castelo. Branco. **Discursos, desejos e tramas: O comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina.

SCHINAIDER, Chinara Mendes. **Inserção e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro**. 2018. 51f. Monografia (Bacharel em Economia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana., 2018. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1396/1/MONOGRRAFIA_Inser%C3%A7%C3%A3oDesigualdadeG%C3%Aanero.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

SCHUCK, Camila Botelho. Mulheres negras pioneiras na ciência e o conhecimento produzido na enciclopédia digital Wikipédia Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros da Região Sul**. 2019. Disponível em: <https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1566772385_ARQUIVO_2fa99b4926900d7ad065ab90b67e31d3.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, Amanda Mendes da. **A função social da representação: uma análise da representação documentária sobre mulheres e feminismos na organização do conhecimento**. 2023. 90f. Dissertação (Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília., 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/19888a0f-bd82-45b6-af69-1bdec5f9ab95/content>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, Ariane Guanini *et al.* A MULHER NA CIÊNCIA: UM BREVE HISTÓRICO E REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS E AMBIENTE LABORAL. **Revista Vitruvian Cogitationes**, v. 3, n. 2, p. 81-94, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/revisvitruscogitationes/article/view/66085>>. Acesso em: 07 out. 2023.

SILVA, Jeane Santana *et al.* **A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão-UFMA campus VII Codó**. Brazilian Journal of Development, v. 6, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/download/12515/10498/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVEIRA, Paloma Silva; PAIM, Jairnilson Silva; ADRIÃO, Karla Galvão. Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988. **Saúde em Debate**, v. 43, 2020. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7xXBBQJzhD5jffSPN6fhJZh/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2023.

SIQUEIRA, Carolina Gandolfo Davanzo; FERIATO, Juliana Marteli Fais. A precarização do trabalho tem rosto de mulher. **Revista Pensamento Jurídico**, v. 15, 2021. Disponível em: <<https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/499>>. Acesso em: 28 out. 2023.

SOUSA, Maria Gorete da Silva; CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Revista horizontes**. v. 33, 2015. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUTO, Kátia; MOREIRA, Marcelo Rasga. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. **Saúde em Debate**, v. 45, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4JncpcMDZ7TQ9Hd7dkMPMpt/?lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2023.

SOUZA, Ana Paula Antunes. **A educação feminina no Brasil: avanços e desafios**. Saraiva, 2015.

TAVAREZ, Marcia Santana; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima. **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35462/1/dialogos-interdisciplinares-sobre-mulheres-genero-e-feminismo_RI.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

VIEIRA, Regina Stela Correa. Trabalho e cuidado no Direito: perspectivas de sindicatos e movimentos feministas. **Estudos avançados**, v. 34, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/vjjf6c9fCC6x3KZBjJ5SjPv/?lang=pt>>. Acesso em: 07 out. 2023.